

A ARGUMENTAÇÃO ARISTOTÉLICA

Prof. Ms. Luciene de Lima Oliveira (UFRJ)

RESUMO:

O presente artigo tem por escopo tecer considerações a respeito da argumentação em Aristóteles. O Estagirita pontua que é preciso compreender a respeito do que se vai “falar”, *légein* e “raciocinar”, *syllogízesthai*, é bom ter à disposição todos ou, pelo menos, alguns argumentos (ARISTOTE. Rhétorique II, 22, 1395 b 4-7). A “elocução apropriada”, *he oikeía léxis*, do assunto persuade (ARISTOTE. Rhétorique III, 7, 1408 a 10). Ressalte-se que, sempre que necessário, será feito um cotejo com outros teóricos, tais como Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Palavras-chave: Retórica; Argumentação; Aristóteles.

O século IV a.C. é considerado como o século da eloquência ática. Na verdade, tanto a eloquência quanto a reflexão política e a filosofia iniciam quase que simultaneamente, mas, depois, cada gênero segue seu curso. A eloquência ática sobressaiu entre o fim da guerra do Peloponeso e a morte de Alexandre. Antes do século IV a.C., atestam-se grandes oradores, mas suas obras não chegaram à posteridade (ROMILLY, 1980: 149).

Ora, para Vanoye, a retórica clássica se estabeleceu como um conjunto de técnicas destinadas à produção dos discursos. Todavia, atualmente, a retórica constitui um instrumento da análise do discurso, principalmente, dos discursos estereotipados (VANOYE, 1986: 50).

Reboul enfatiza que a obra de Aristóteles é composta por quatro partes, que representariam as quatro fases pelas quais passa aquele que compõe um discurso ou pelas quais acredita-se que passe (REBOUL, 2004: 43).

1) *He héúresis* (A *Inventio*) - É a invenção, a busca, a descoberta de encontrar todos os argumentos e meios de persuasão que dizem respeito ao “tema”, *théma*, do discurso, isto é, “é o assunto que se vai tratar” (DAYOUB, 2004: 12).

2) *He táxis* (A *Dispositio*) - É nessa etapa em que “se organiza o modo de dizer os argumentos inventados; equivale ao arranjo formal das partes do discurso, à organização das ideias” (DAYOUB, 2004: 12).

3) *He léxis* (A *Elocutio*) - a ornamentação dos vocábulos e a utilização das *figuras*.

4) *He hypókrisis* (A *Actio*) - É a proferição do discurso, incluindo os gestos, as mímicas e a dicção do orador como se fosse um ator.

Ressalte-se que a quinta parte da retórica, para alguns autores latinos, era constituída pela memória, uma vez que “na época romana, à ação será acrescentada a memória” (REBOUL, 2004: 44, 68).

O método hábil da retórica se fundamenta em provas. Ora, a prova é uma “demonstração”, *apódeixis*, pois confia-se mais quando se demonstra. Assim é que a “demonstração retórica”, *apódeixis retoriké*, é um “entimema”, esse, por sua vez, é uma espécie de “silogismo” (ARISTOTE. *Rhétorique I*, 1, 1355 a 4 / 1355 b 5-8).

Há dois tipos de provas: as *técnicas* (*éntekhnoi*) e as *extratécnicas* (*átekhnōi*). As provas técnicas são aquelas criadas pelo orador com o objetivo de persuadir o auditório. Ressalte-se que as provas *técnicas*, empregadas através do discurso, são de três espécies, conforme o excerto subscrito:

Algumas (provas), na verdade, estão no *êthos* do orador, outras, em certo modo, na disposição de espírito do ouvinte, (já) outras (provas), no discurso, por meio do qual se demonstra ou (que) parece demonstrar (ARISTOTE. *Rhétorique I*, 2, 1356 a 2-4).

Perelman e Olbrechts-Tyteca acreditam que o discurso seja um ato e, como tal, pode ser objeto de alguma reflexão por parte do ouvinte:

Enquanto o orador argumenta, o ouvinte, por sua vez, ficará inclinado a argumentar espontaneamente acerca desse discurso, a fim de tomar uma atitude a seu respeito, de determinar o crédito que lhe deve dar. O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é o autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim intervirão para modificar o resultado final da argumentação. Pode ocorrer, aliás, que essa reflexão seja orientada pelo orador, que este mesmo forneça aos ouvintes certos argumentos referentes às características de seu próprio enunciado, ou, então, que forneça certos elementos de informação que favorecerão esta ou aquela argumentação espontânea do ouvinte. Esses argumentos que tomam o discurso por objeto, esses elementos de informação aptos a suscitá-los, também podem

emanar de terceiros: do adversário do orador, notadamente no debate judiciário, ou, talvez, também de um simples espectador (PERELMAN, & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 213-214).

Ainda em relação às provas *técnicas*, essas procedem por meio da demonstração ou daquilo que parece ser uma demonstração (cf. “demonstração aparente”) como na dialética em que há a “indução”, *epagogé*, o “silogismo”, *sylllogismós* e o “silogismo aparente”, *phainómenos syllogismós*. Na verdade, o “exemplo”, *parádeigma*, é uma “indução”, *epagogé*, entretanto, o “entimema”, *enthýmema*, é um “silogismo”, *sylllogismós*. O estagirita denomina o *enthýmema* de *rhetorikòn syllogismón*, um “silogismo retórico” e o *parádeigma* de *epagogèn rhetorikén*, uma “indução retórica” (ARISTOTE. Rhétorique I, 2, 1356 a 35-36 / 1356 b 1-5).

Assim é que todos os oradores procuram que as provas *técnicas* sejam aceitas pela demonstração pelo emprego de “exemplo”, *parádeigma*, ou de “entimema”, *enthýmema* (ARISTOTE. Rhétorique I, 2, 1356 b 6-7).

Os discursos por meio de *parádeigma* não são menos persuasivos, mas, os discursos baseados em *enthýmema* é um “discurso acolhido por aclamações / por aplausos”, isto é, impressionam mais (ARISTOTE. Rhétorique I, 2, 1356 b 20-27).

O filósofo sublinha que o *parádeigma* não consiste de uma relação da “parte para o todo” e do “todo para a parte”, nem do “todo para o todo”, mas em uma relação da “parte para a parte”, do “semelhante para o semelhante”. Quando tem-se dois termos que pertencem ao mesmo gênero e um é mais conhecido que o outro, há a presença de um *parádeigma*. Aristóteles dá o seguinte exemplo: “Dionísio desejava a tirania, posto que pedia uma guarda; assim, Pisístrato, que pensava em obter o poder, pediu uma guarda e, após, obtê-la, exerceu a tirania” (ARISTOTE. Rhétorique I, 2, 1357 b 27-36).

Acredita-se que Aristóteles estivesse se referindo a Dionísio, o Velho (430-367 a.C.), que se tornou tirano de Siracusa, na Sicília em 405 a.C.. Esse tirano era oriundo de uma família humilde, mas, devido ao apoio popular, conquistou o poder em Siracusa. Já Peisístratos, de um modo geral, exerceu a tirania em Atenas (561-556 a.C. / 546-527 a.C.).

Em relação ao *parádeigma*, Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem a seguinte observação:

O emprego da argumentação pelo exemplo, conquanto abertamente proclamado, tende, muitas vezes, a fazer-nos passar

deste para uma conclusão igualmente particular, sem que seja enunciada nenhuma regra. É o que se chama a *argumentação do particular para o particular* (PERELMAN, & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 401).

Quanto aos entimemas, Aristóteles sublinha que há dois tipos: os “demonstrativos”, *tà deiktiká*, cujo objetivo é provar que uma coisa “é ou não é”, e os “refutatórios”, *tà elenktiká*, cujas conclusões o adversário não está de acordo (ARISTOTE. Rhétorique II, 22, 1396 b 22-26).

Ora, é preciso que as provas sejam demonstrativas. A discussão / contestação gira em torno de quatro pontos: 1) a demonstração no tribunal deve ser conduzida se se defende que o fato contestado não ocorreu; 2) se se defende que o fato não foi prejudicial, nesse caso, demonstrar, então, aquilo que é prejudicial; 3) se se defende que o fato não foi tão grande ou que foi justo; 4) se a discussão trata da realidade do fato (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1417 b 21-26).

Os entimemas, peculiares do judiciário, não devem ser de modo sucessivo, mas entremeá-los, caso contrário, se prejudicam (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 a 6-7). Dentre os entimemas, “os refutatórios”, *tà elenktiká*, são os mais estimados do que “os demonstrativos”, *tôn deiktikôn*, porque tudo o que se faz para refutar é mais evidente/ claro do que raciocinar, uma vez que os contrários se destacam mais (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 b 1-4).

Quando quiser estimular o *páthos*, não convém utilizar os entimemas, pois ou excluirá o *páthos* ou será inútil (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 a 12-14).

É preciso compreender a respeito do que se vai “falar”, *légein* e “raciocinar”, *sylogízeisthai*, é bom ter à disposição todos ou, pelo menos, alguns argumentos (ARISTOTE. Rhétorique II, 22, 1395 b 4-7).

É bom possuir para cada proposição uma seleção sobre as coisas possíveis e mais apropriadas à causa, isto é, é necessário fazer uma escolha preliminar dos argumentos. Olhando fixamente não para as proposições indeterminadas / indefinidas, mas para aquelas que possuem fundamento à matéria do discurso (ARISTOTE. Rhétorique II, 22, 1396 b 4-9).

Aristóteles pontua que como aconselhar aos atenienses a fazerem ou não uma guerra, se não se tem conhecimento da força bélica que possuem. Como elogiá-los se não se tem conhecimento da batalha naval de Salamina ou de Maratona (entre outras

batalhas). A propósito, todos os oradores buscaram matéria para seus elogios nestas ações reais ou supostamente reais. Quando se quer censurar alguém, basta examinar o que há de repreensível no comportamento das pessoas que se tem em vista. Ao censurar os atenienses, é preciso fazer menção, por exemplo, à escravidão dos povos que foram seus aliados. Igualmente, os oradores, quando acusam ou defendem, baseiam ambas as coisas no material que se tem à disposição (ARISTOTE. Rhétorique II, 22, 1396 a 7-23).

Em vista dessas coisas, não se deve deixar de mencionar a respeito dos “lugares”, *tópoi*, isto é, os tipos de argumentos verossímeis que servem de premissas ao raciocínio retórico que Aristóteles apresenta no decorrer do capítulo 23 (ARISTOTE. Rhétorique II, 23, 1397 a – 1400 b / 24, 1401 a – 1402 a).

Sendo os entimemas os veículos, por excelência, da argumentação retórica, as suas premissas são, materialmente, constituídas por tópicos: os tópicos específicos aplicáveis a cada um dos gêneros particulares de discurso (judicial: justo / injusto; deliberativo: útil / inútil; epidíctico: belo / feio; e os tópicos comuns, aplicáveis, indistintamente, a qualquer um dos três gêneros (possível / impossível; real / irreal; mais / menos) (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005: 38).

Ora, “os lugares significam pontos de vista, lugares-comuns, princípios argumentativos, pressupostos ou fundamentos que, à época, já consistiam em uma interpretação de mundo com força persuasiva” (DAYOUB, 2004: 24).

Convém lembrar que Cícero ressalta que o orador convém iniciar pelos argumentos consistentes; depois, dar continuidade por aqueles mais fracos e finalizar por outros mais consistentes (CICÉRON. De Oratore II, 313).

Já as provas extratécnicas são aquelas provas que não são criadas pelo orador, citem-se, por exemplo: as “testemunhas sob tortura” e “os escritos” (ARISTOTE. Rhétorique I, 2, 1355 b 37). Aristóteles enfatiza que as testemunhas são de duas espécies: as testemunhas antigas e as recentes (ARISTOTE. Rhétorique I, 15, 1375 b 26-34).

Denominam-se testemunhas antigas os poetas e outros personagens em evidência, cujos testemunhos são conhecidos. O filósofo dá como exemplos pessoas que utilizaram testemunhos de Homero, Sólon e Periandro (ARISTOTE. *Rhétorique* I, 15, 1375 b 28-35).

O discurso possui três elementos, sendo que o seu fim diz respeito ao auditório: o orador, o assunto e o ouvinte (ARISTOTE. *Rhétorique* I, 3, 1358 a 37-40).

O contato entre o orador e o auditório não diz respeito, somente, às condições prévias da argumentação, uma vez que é importante para todo o desenvolvimento da argumentação. De fato, já que a argumentação tem por objetivo obter a adesão dos ouvintes, assim, a argumentação diz respeito ao ouvinte que se quer influenciar (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 21).

Como destaca Reboul: “para ser bom orador, não basta saber falar; é preciso saber também a quem se está falando, compreender o discurso do outro, seja esse discurso manifesto ou latente, detectar suas ciladas, sopesar a força de seus argumentos e, principalmente, captar o não-dito” (REBOUL, 2004: XIX).

Perelman ressaltou que se deve pensar nos tipos de argumentos que podem influenciar o interlocutor; preocupar-se com ele e interessar-se por seu estado de espírito (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 18).

Ora, a análise da argumentação gira em torno do que seja, presumidamente, admitido pelo auditório (ibidem, p. 73). A propósito, determinados argumentos considerados válidos para certas pessoas podem não ser, de modo absoluto, para outras (ibidem, p. 117).

É bom destacar que a adaptação do auditório não diz respeito, somente, à questões vinculadas à linguagem, uma vez que não basta que o auditório compreenda o que o orador diz, mas, para persuadir o auditório, deve-se, em primeiro lugar, conhecê-lo, isto é, conhecer “as teses que ele admite de antemão e que poderão servir de gancho à argumentação” (PERELMAN, 2004: 145-146).

O mais importante não é conhecer aquilo que o orador considera como verdadeiro ou probatório, mas “qual é o parecer daquele a quem a argumentação se dirige” (PERELMAN, & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 26-27).

Fiorin argumenta que o falante organiza a sua estratégia discursiva em função da imagem que ele tem do interlocutor, em função da imagem que ele pensa que o interlocutor tem dele e, por fim, em função da imagem que ele deseja transmitir ao

interlocutor. Assim, devido a esse jogo de imagens, o falante utiliza determinados procedimentos argumentativos e não outros (FIORIN, 2003: 18).

O Estagirita distingue três gêneros de discursos retóricos que foram divididos, levando em conta seus ouvintes e sua temática.

1) Deliberativo - em uma deliberação aconselha-se ou desaconselha-se tanto a respeito de interesses particulares quanto públicos, isto é, comuns.

2) Judiciário - uma ação judiciária possui “a acusação”, *tò kategoría*, e “a defesa”, *tò apología*.

3) Epidíctico - Há duas partes: “o elogio”, *tò épainos*, e “a censura”, *tò psógos* (ARISTOTE. Rhétorique I, 3, 1358 b 8-12).

Molinié lembra que a sistematização do gênero demonstrativo foi estabelecido por Aristóteles, sob a denominação de epidíctico (MOLINIÉ, 1992, p. 107).

Cada um destes gêneros discursivos possuem um tempo que lhes são peculiares. O discurso deliberativo diz respeito ao “futuro”, *ho méllon*, para aconselhar ou desaconselhar, o judiciário, ao “passado”, *hó genómenos*, uma vez que diz respeito a fatos passados e, por fim, o epidíctico que diz respeito ao “presente”, *ho parón*. Apesar deste último gênero possuir, por referência, o momento presente para elogiar ou censurar, muitas vezes, evoca-se “fatos passados”, *tà genómena*, e presume-se a respeito de “fatos futuros”, *tà méllonta* (ARISTOTE. Rhétorique I, 3 1358 b 13-20).

Os “exemplos”, *tà paradeígmata*, são peculiares ao gênero deliberativo (capt. 1-2), não obstante, os “entimemas”, *tà enthymémata*, são peculiares ao gênero judiciário (capt. 2), pois aquilo que se passou é preciso investigar a causa. Sublinhe-se que já que, na deliberação (capt. 3-5), conjectura-se a respeito ao futuro, assim, há a necessidade de extrair os exemplos de fatos passados (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 a 1-5).

Em uma deliberação e em um tribunal, quem fala em primeiro lugar, expõe antes as suas próprias provas; e, depois, se opõe a todos os argumentos contrários (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 b 7-9).

Ao ser o segundo a falar, é preciso, em primeiro lugar, refutar os argumentos contrários escolhidos, refutando e contra-argumentando (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 b 12-13).

Na verdade, os ouvintes não recebem, favoravelmente, o homem que é acusado. Por conseguinte, convém criar um ambiente no ouvinte para o próximo discurso; para isso, será necessário destruir os argumentos do adversário, refutando todos os

argumentos ou os mais importantes ou os mais estimados ou os de fácil refutação (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1418 b 15-20).

A amplificação se adequa melhor ao gênero epidíctico, uma vez que o público conhece os fatos e o orador dá a esses fatos um valor, mostrando sua grandeza e beleza (ARISTOTE. Rhétorique, I, 9, 1368 a 26-29).

É nessa perspectiva por reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta, que o discurso epidíctico é significativo e importante para a argumentação. O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar (PERELMAN, & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 55-57).

Não obstante, em relação à qualidade do fato, cada gênero discursivo possui, ainda, um fim: o do gênero deliberativo é “o conveniente / proveitoso / útil” (ou seja, útil à cidade, ao interesse coletivo, nacional (REBOUL, 2004: 45) e o “prejudicial / o funesto/ nocivo”; o do judiciário é o “justo e o injusto”; o do epidíctico é “o belo e o feio / vergonhoso” (ARISTOTE. Rhétorique I, 3 1358 b 21-29). A propósito, conclui-se que há valores que servem de norma para os três discursos.

O Estagirita enfatiza que são utilizados os “discursos persuasivos”, *tôn pithanôn lógon* para determinar um juízo / julgamento nos seguintes casos:

a) Quando se usa o discurso destinado a um só ouvinte para aconselhar ou desaconselhar ou para repreender ou para persuadir sobre algo. Esse único ouvinte é considerado um juiz, já que o indivíduo, que se pretende persuadir, é um verdadeiro juiz.

b) Quando se discute com alguém ou se fala contra um determinado raciocínio / hipótese, *hypóthesis*. Neste último caso, usa-se o discurso para refutar os argumentos contrários;

c) No gênero epidíctico, o discurso dirigido ao ouvinte possui a mesma importância como se fosse dirigido ao juiz (ARISTOTE. Rhétorique II, 18, 1391 b 7-26).

A elocução será conveniente se for patético e ético e se for análogo ao assunto. (na verdade, o “discurso ético”, *ethiké*, é o “contraponto do emocional ou patético” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005: 258) Essa analogia existe quando assuntos de grande

importância não são abordados de modo impróprio; nem assuntos vis são abordados de modo enfático, nem quando uma palavra vil é embelezada.

Os nomes compostos, os epítetos em grande número e os nomes exóticos convêm ao discurso de modo patético (ARISTOTE. *Rhétorique* III, 7, 1408 b 11-12).

É bom lembrar que o princípio de falar em grego possui cinco condições: 1) empregar as conjunções de modo adequado nas frases, fazendo com que não fique um espaço muito grande entre duas proposições ou nomes; 2) deve-se utilizar os nomes próprios ao invés de perífrases; 3) não convém fazer uso dos termos ambíguos; 4) fazer a distinção dos gêneros nominais: o masculino, o feminino e o neutro; 5) nomear os números gramaticais de modo correto (ARISTOTE. *Rhétorique* III, 5, 1407 a 20-39; 1407 b 1-10).

A “elocução apropriada”, *he oikeía léxis*, do assunto persuade. Destarte, o intelecto do ouvinte pode ser levado a pensar como verdadeiro o que o orador diz, mesmo que não seja assim. Além do mais, o ouvinte é afetado igualmente, por meio do discurso patético do orador, mesmo que o discurso seja vazio. Por isso, muitos oradores deixam os ouvintes impressionados (ARISTOTE. *Rhétorique* III, 7, 1408 a 10-24).

A “adaptação / o ajustamento”, *he harmóttousa*, da elocução deve ser de acordo com cada “gênero / categoria” e “disposição”. O primeiro diz respeito às *diversas faixas etárias*: criança, homem e ancião; *ao sexo*: feminino ou masculino; *à nação*: lacônio ou tessálio. Já o segundo, à maneira de ser. Um “inculto” e um “instruído” não falam, igualmente, as mesmas palavras (ARISTOTE. *Rhétorique* III, 7, 1408 a 25-32). Não obstante, Reboul salienta que:

O melhor estilo, ou seja, o mais eficaz é aquele que se adapta ao assunto. Isso significa que ele será diferente conforme o assunto. Os latinos distinguiam três gêneros de estilo: o nobre (*grave*), o simples (*tênué*) e o ameno (*médium*), que dá lugar à anedota e ao humor. O orador eficaz adota o estilo que convém ao seu assunto: o nobre para comover (*movere*), sobretudo na peroração; o simples para informar e explicar (*docere*), sobretudo na narração e na confirmação; o ameno para agradar (*delectare*), sobretudo no exórdio e na digressão. A primeira regra é, portanto, o da conveniência (*prepon, decorum*) (REBOUL, 2004: 62).

Para cada gênero oratório, é conveniente um estilo diferente (ARISTOTE. Rhétorique III, 12, 1413 b 1-2).

Aristóteles enfatiza que os assíndetos e as frequentes repetições vocabulares são, com justiça, impróprios na escrita, apesar de, nos debates, os oradores as utilizarem por serem meios peculiares da ação (ARISTOTE. Rhétorique III, 12, 1413 b 19-21).

Por conseguinte, os assíndetos possuem algo próprio, pois parece que se fala muitas coisas ao mesmo tempo, pois a conjunção toma, em uma só unidade, muitas coisas, de tal sorte que, se subtraída, é evidente que será o contrário: a unidade se divide em muitas coisas, então, tem-se a “amplificação”, *aúxesis* (ARISTOTE. Rhétorique III, 12, 1413 b 31-34).

Na verdade, a elocução na assembleia pública parece, completamente, com o “desenho em perspectiva”, *skiagraphía*. Sublinhe-se que *skiagraphía* é um “desenho ou pintura com uma justa distribuição de sombra e de luz: de onde, desenho em perspectiva” (BAILLY, 2000: 1760).

Quanto maior é a multidão de espectadores, deve-se direcionar o olhar para mais longe, por isso que a exatidão dos detalhes é superficial e produz em ambos, no desenho e no discurso, um mau efeito.

Mas a elocução judiciária possui mais exatidão, ainda mais quando se está diante de um único juiz. Nesse caso, a parte da retórica é pequena. Ora, esse vê o que é mais conveniente ao assunto e aquilo que lhe é estranho. Convém lembrar que os mesmos oradores não são estimados em todos os gêneros; onde se tem mais ação, a exatidão é menor. Por conseguinte, a elocução epidíctica é própria da escrita, pois o seu trabalho é a leitura; depois, vem o judiciário (ARISTOTE. Rhétorique III, 12, 1414 a 8-19).

No gênero epidíctico, a amplificação demonstrará que os fatos são belos e úteis, pois é preciso provar as ações / os atos (ARISTOTE. Rhétorique, III, 17, 1417 b 31-33).

Assim, infere-se que os três gêneros discursivos possuem diferentes tipos de argumentação. Haja vista a essas considerações, tem-se o seguinte quadro subscrito:

Gênero	Argumento	Finalidade	Tempo	Valores	Público
Deliberativo	Exemplo	Aconselhar / Desaconselhar	Futuro	Conveniente / Prejudicial	Assembleia
Epidíctico	Amplificação	Elogiar / Censurar	Presente	Belo / Feio	Espectador

Judiciário	Entimema	Acusar / Defender	Passado	Justo / Injusto	Juiz
------------	----------	-------------------	---------	-----------------	------

Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. *Aristóteles: Retórica*. Prefácio e Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 2005. Disponível em: sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf. Acessado em: 29 de outubro de 2012.

ARISTOTE. *Rhétorique*. Texte Établi et Traduit par Médéric Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1967, Tome Premier.

_____. *Rhétorique*. Texte Établi et Traduit par Médéric Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1967, Tome Deuxième.

_____. *Rhétorique*. Texte Établi et Traduit par Médéric Dufour e André Wartelle. Paris: Les Belles Lettres, 1973, Tome Troisième.

ARISTÓTELES. *Retórica das Paixões*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec-Français*. Ed. Revista por L. Séchan e Chantraine. Paris: Hachette, 2000.

BENVENISTE, Émile. *O Homem na Linguagem*. Tradução de Isabel Maria Lucas Pascoal. Lisboa: Vega, s/d.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. *A Ordem das Ideias – Palavra, Imagem, Persuasão: A Retórica*. Barueri, S.P.: Manole, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. O Êthos Em Todos os Seus Estados. In: MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato de (Orgs.). *Análises do Discurso Hoje*. Tradução de Emília Mendes et alli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, pp. 117-135.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MOLINIÉ, Georges. *Dictionnaire de Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1992.

PERELMAN Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Texte Établi et Traduit par Jean Cousin (Tome I-III). Paris: Les Belles Lettres, 1976.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROHDEN, Luiz. *O Poder da Linguagem – A Arte Retórica de Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ROMILLY, Jacqueline de. *Fundamentos de Literatura Grega*. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VANOYE, Francis. *Usos da Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita*. Tradução e Adaptação de Clarisse Madureira Saboia et alli. São Paulo: Martins Fontes, 1986.